

40 Anos

1976 - 2016



40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!



40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!



Em 1976, no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Tapeteiros e Cordoeiros de Portugal, de 18 a 21 de Março, no Porto, na Faculdade de Economia, deu-se a fusão das duas federações existentes: a dos Lanifícios e Vestuário com sede em Lisboa e a dos Têxteis com sede no Porto.

Desde então os objetivos prosseguidos pela Federação em defesa destas indústrias e da sua inovação, dos direitos e interesses dos trabalhadores e pela melhoria das condições de vida e de trabalho têm merecido, e continuarão a merecer, por parte dos trabalhadores todo o apoio e confiança.

[VER FOTOS](#)





40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!



Em Maio de 1978, na Covilhã, realizou-se o 2º Congresso Nacional dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Tapeteiros e Cordoeiros de Portugal;

em 1979, entre outubro e novembro, as greves dos trabalhadores do calçado nas regiões de Aveiro e Porto pela negociação coletiva sectorial e de que resultou uma vitória dos trabalhadores através de um aumento salarial significativo e a conquista do direito ao salário completo nas situações em que os trabalhadores sejam vítimas de um acidente de trabalho;



2º Congresso Covilhã



40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

em 1981 as adesões às greves sectoriais nos têxteis, lanifícios e vestuário na defesa dos direitos consagrados nos Contratos Coletivos de Trabalho que o Governo, patronato e Sindetex/UGT pretendiam anular por via administrativa procurando impor aos trabalhadores filiados nos sindicatos da FESETE e não filiados o acordo assinado entre o patronato e o Sindetex/UGT; as greves no sector do calçado para desbloquear o processo de negociação coletiva sectorial imposto pela associação patronal, as quais permitiram a conclusão de um acordo que incluiu uma cláusula de definição das categorias profissionais, visando o fim da discriminação de género;

na década de 80 e 90 as campanhas de denúncia e combate ao trabalho infantil, atividade desenvolvida em parceria com outras organizações como a CNASTI; a participação ativa e proponente através da CODAVE na construção e dinamização da primeira Operação Integrada de Desenvolvimento do Vale do Ave;

as greves e lutas sectoriais entre 1996 e 2000 que permitiram consagrar nos Contratos Coletivos de Trabalho negociados as 40 horas semanais, o fim do trabalho ao sábado e o respeito pelas pausas no trabalho monótono e repetitivo.



1996-2000 – Luta pelas 40 Horas

Entre Dezembro de 1996 e 2000 travou-se uma forte luta pelas 40 horas e o fim do Trabalho aos sábados. Estas greves aos sábados terminaram num acordo na têxtil e Lanifícios em Fevereiro de 1998 e em 2000 as greves no vestuário terminaram com um acordo mediado com o Ministério do Trabalho, garantindo o direito às pausas.

2002 e 2003 ficaram marcados pela governação de um Governo de Direita, neo-liberal, que iniciou o seu mandato com uma ofensiva brutal contra os direitos sociais, os contratos colectivos e os salários dos trabalhadores. O seu Código do Trabalho em debate pretende fazer retroceder os direitos e manter um modelo de desenvolvimento assente na precariedade, nos baixos salários e no autoritarismo patronal. De salientar a grandiosa Greve Geral realizada em 10 de Dezembro de 2002, a qual, foi das maiores lutas sectoriais, depois da luta pelas 40 horas.





40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

2004, na continuação de 2003, continuou marcado pela governação de um Governo de Direita, neoliberal, mas que chega ao final de 2004, em resultado da contestação e luta, demitido pelo Presidente da República e com novas eleições marcadas para Fevereiro de 2005.

De destacar a realização do 9º Congresso, tendo sido eleita uma nova Direcção Nacional, actualizou o seu Programa de Acção e aprovou uma Resolução Político-Sindical para os próximos quatro anos.

2005 foi para os trabalhadores das ITVC difícil. As esperanças de uma mudança política em resultado das eleições para os deputados da Assembleia da República, no essencial não se concretizou. Ao nível da negociação dos diversos contratos colectivos bloqueados desde 2003, na maioria dos sectores o patronato manteve a sua posição de não negociação e o ano terminou sem novas actualizações salariais, o que significou a redução do já baixo poder de compra de milhares de trabalhadores das ITVC.



Nos sectores da Cordoaria, da Têxtil, Malhas, Têxteis-Lar e Lanifícios, as Associações Patronais foram mais longe na sua ofensiva para reduzir os direitos contratuais ao solicitar ao Ministro do Trabalho a caducidade de todos os Contratos Colectivos negociados com a FESETE, situação que, felizmente não se verificou durante 2005. Mesmo sem a publicação formal da caducidade dos Contratos, em várias empresas o patronato procurou retroceder nos direitos contratuais.

Em 2005 termina o período de transição de integração dos Têxteis e Vestuário na Organização Mundial do Comércio, OMC, sem regras sociais e ambientais.

Dá-se a invasão do mercado europeu pelos produtos produzidos na Ásia, com graves consequências nas exportações portuguesas, ao mesmo tempo que as fortes cadeias de distribuição multinacionais aumentaram os seus lucros pela concorrência desleal.





40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

O ano de 2006 é marcado pelo processo com vista à revisão do Código de Trabalho não tendo o Partido Socialista cumprido as suas promessas eleitorais. Na sequência de um acordo de concertação social ocorrido em 2005, que a CGTP/IN não subscreveu, foi publicada em Março legislação que manteve a possibilidade de caducidade das convenções, desvirtuou o princípio do tratamento mais favorável e limitou os direitos dos trabalhadores em caso de caducidade do contrato colectivo de trabalho (Lei 9/2006 de 20/3).

Nos nossos sectores (ITVC), após mais um período difícil para os trabalhadores que se iniciou em 2003, foi possível negociar Novos Contratos Colectivos para todos os sectores, excepto a Chapelaria, e novas tabelas salariais.



O ano de 2007 é marcado por dois aspectos principais. O primeiro foi o prosseguimento de políticas económicas e sociais do Governo que não permitiram que o país se libertasse de entraves ao desenvolvimento e ao progresso social; que enfraqueceram o Estado e a protecção social; que atacaram os direitos dos trabalhadores. O segundo foi um claro aumento da contestação social às políticas do Governo que envolveram muitas centenas de milhar de trabalhadores e largas camadas da população, na qual a CGTP-IN teve um papel relevante.





40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

Em 2008 face ao agravamento da situação social em algumas regiões do País, a FESETE e os Sindicatos aprovaram um documento com um conjunto de medidas de emergência de apoio às empresas em dificuldades e aos trabalhadores na situação de ameaça ou já no desemprego, o qual foi apresentado ao Governo e associações patronais numa reunião tripartida, mas sem resultados concretos até ao final de 2008. Contrariamente às posições e propostas assumidas enquanto partido da oposição, o Partido Socialista deu o dito pelo não dito e continuou a sua ofensiva na desregulação das relações de emprego, da alteração das relações de força entre o capital e o trabalho, através das suas propostas de revisão do Código do Trabalho, nomeadamente, dos conteúdos das normas da caducidade dos CCT's, do princípio do tratamento mais favorável e do aumento dos instrumentos de flexibilidade ao dispor do patronato.

Num ano de elevada conflitualidade social ao nível nacional e de ataque à organização sindical dos trabalhadores, em resultado da aplicação de políticas neoliberais, participamos activamente nas várias Jornadas de Luta da nossa Confederação, quer em Lisboa, quer ao nível regional.

2009 de relevar a realização do 10º Congresso da FESETE em 23 de Janeiro de 2009, o qual aprovou um Programa de Acção, uma Resolução Político Sindical e elegeu uma nova Direcção Nacional renovada e rejuvenescida com o objectivo de garantir uma transição geracional.



A crise financeira internacional que atravessou todo o ano de 2009 com consequências profundas na economia real do País e nas ITVC é o resultado das políticas neoliberais que levaram à acumulação de elevadas fortunas nas mãos de uma minoria através da especulação financeira em detrimento da economia real. Em resultado os postos de trabalho continuaram a cair e mais trabalhadores foram para o desemprego.

Este contexto internacional de crise teve consequências nos resultados da negociação colectiva. A maioria das associações patronais do sector, cinco, utilizando diversos argumentos falaciosos boicotaram a negociação de cinco CCT's de que resultaram prejuízos para uma parte dos trabalhadores, cujos salários estagnaram em 2009.

Foi no entanto ainda possível negociar os CCT's do Vestuário, Têxteis-Lar e ANIL, e Curtumes, tendo a maioria dos trabalhadores melhorado o seu poder de compra.





40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

2010, os objectivos fixados foram condicionados pela crise capitalista financeira global e pelas políticas executadas pelo governo português, segundo as orientações da União Europeia. Vivemos num contexto político, económico e social adverso aos trabalhadores e aos seus direitos laborais e sociais.

O ano de 2010 terminou com a exigência de mudança de políticas ao Governo Socialista, orientadas para a criação de emprego, pelo apoio ao sector produtivo, pela melhoria de salários e dos 500 euros para o SMN em 2011.



Em 2010 as negociações colectivas sectoriais, os resultados alcançados, sem alterarem o padrão dos baixos salários, foram positivos: conseguimos negociar CCT's para todos os sectores, incluindo o sector da chapelaria cujo impasse na negociação global do clausulado se mantinha há vários anos; no que respeita aos salários, tem como factor relevante a actualização do SMN para 475 euros, a evolução do poder dos trabalhadores manifestou uma tendência favorável aos trabalhadores.

2011 - O Programa do Governo PSD/CDS-PP que resultou das eleições e da sua maioria absoluta, é sem qualquer dúvida, a maior e mais profunda ofensiva contra as transformações democráticas, económicas e sociais que resultaram da Revolução de Abril. É um programa ancorado na ideologia neoliberal, que pretende: destruir o Estado Social nas dimensões da saúde, educação, segurança e protecção social; privatizar os sectores estratégicos da economia e sua entrega ao capital nacional e estrangeiro; desregular as relações de emprego, roubar direitos negociados e destruir os direitos conquistados pelos trabalhadores na negociação colectiva sectorial com o objectivo de empobrecer os trabalhadores e intensificar a sua exploração. É sua estratégia acabar com a contratação colectiva.

Contra estas políticas informamos e mobilizamos os trabalhadores dos nossos sectores para o protesto e a luta conduzida pela CGTP/IN por novas políticas. 2011 foi o início do bloqueamento da negociação sectorial e do congelamento dos salários pelo patronato.





40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

2012

Os trabalhadores portugueses em geral e os das ITVC em particular viram-se confrontados em 2012 com a maior das ofensivas contra o regime democrático e o Estado Social construído com a Revolução de Abril em resultado das políticas neoliberais, cujo expoente máximo é o actual Governo de direita do PSD-CDS/PP. O ataque violento do Governo e do patronato para roubar os direitos e reduzir os salários, o aumento da intensidade da exploração e o empobrecimento dos trabalhadores, o reforço do poder unilateral do patronato, assim como as medidas de destruição do Estado Social e as suas funções na saúde, na educação, habitação, segurança social e cultura, visam perpetuar e proteger os interesses dos grupos económicos e financeiros nacionais e multinacionais.

Na área laboral, o Governo, o grande patronato e a UGT assinaram na Concertação Social um acordo que, sem qualquer exagero, é o maior atentado à liberdade e ao direito da negociação colectiva sectorial e de empresa no pós 25 de Abril. Este acordo transformado na Lei 23/2012 faz tábua rasa dos Contratos Colectivos de Trabalho livremente negociados entre Sindicatos e patrões e roubou aos trabalhadores: quatro feriados, três dias de férias transformando-os em sete dias de trabalho obrigatório e gratuito; reduziu para metade as percentagens do trabalho suplementar e acabou com a compensação para descanso; agravou a penalização das faltas injustificadas para não pagar feriados e/ou dias de descanso semanal. De realçar como muito negativo o facto do Governo se recusar a aumentar o valor do Salário Mínimo Nacional.

Perante um contexto político de grande agressividade contra os trabalhadores e os seus direitos, contra o Estado Social, o protesto e a luta dos trabalhadores ao nível nacional e sectorial assumiram elevados níveis de intensidade, desde greves e protestos nas empresas na defesa do emprego, concentrações, marchas e manifestações de carácter sectorial, regional e nacional, culminando com duas Greves Gerais convocadas pela CGTP/IN, com grande impacto e adesão no País.





40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

2013

Num contexto político, económico e social europeu dominado pelas ideologias neoliberais cujas consequências são visíveis no retrocesso do estado social, no ataque aos direitos no trabalho, no aumento da exploração dos trabalhadores, no aumento do poder do capital especulativo e financeiro, realizámos o 11º Congresso da FESETE no dia 21 de Fevereiro, no Porto, cujas conclusões e propostas, aprovadas por unanimidade, são um instrumento de orientação sindical e sectorial para os próximos quatro anos.

A Direcção Nacional da FESETE eleita no 11º Congresso é maioritariamente composta por mulheres, dando mais um contributo para a igualdade de género na nossa organização sindical.

Os trabalhadores portugueses em geral e os das ITVC em particular viram-se confrontados em 2013 com a maior das ofensivas contra o regime democrático e o Estado Social construído com a Revolução de Abril e uma grave crise em resultado das políticas neoliberais, cujo expoente máximo é o actual Governo de direita do PSD-CDS/PP.

Em contraciclo com a grave crise que continuou a afectar o País, as exportações das ITVC continuaram a aumentar, atingindo o melhor resultado em valor desde 2006. Estes bons resultados no valor das exportações, ultrapassaram os seis mil milhões de euros, não impediram a continuação do empobrecimento dos trabalhadores das ITVC, uma vez que as associações patronais mantiveram o boicote às negociações dos CCT's e o congelamento dos salários iniciado em 2011 e 2012 e o Governo manteve congelado o Salário Mínimo Nacional. O bloqueio à negociação colectiva imposto pelo patronato dos sectores desde 2011 e 2012 torna claro que o patronato, se poder, apesar dos excelentes resultados nas exportações e do aumento da produtividade, vai manter o seu modelo de baixos salários





40 Anos

1976 - 2016

40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

2014 reflecte, a exemplo dos anos anteriores, os condicionalismos das políticas económicas e sociais impostas pelo governo de direita do PSD-CDS/PP, das ideologias neoliberais que orientam as decisões das instituições europeias e globais e do grande patronato, que fixaram como objectivos o retrocesso no estado social, o ataque aos direitos laborais, a eliminação do direito constitucional dos sindicatos à contratação colectiva de trabalho, uma distribuição mais desigual entre o capital e o trabalho em desfavor deste, penalizando os trabalhadores de mais baixos rendimentos, os jovens e os reformados.

Perante a continuação desta forte ofensiva contra o estado social e o próprio regime democrático, os trabalhadores portugueses em geral e os das ITVC em particular, organizados nos seus sindicatos e na FESETE e dirigidos pela CGTP/IN agiram, denunciaram as políticas penalizadoras dos seus direitos, protestaram e lutaram ao longo de 2014 de forma incessante, procurando travar as políticas do governo contra o estado social, recuperar direitos roubados, retomar a negociação colectiva sectorial e melhorar os seus salários. Como elemento positivo em 2014, a maioria dos trabalhadores não perderam poder de compra, pelo efeito da deflação verificada, da actualização do SMN e da negociação de dois CCT's para três sectores.

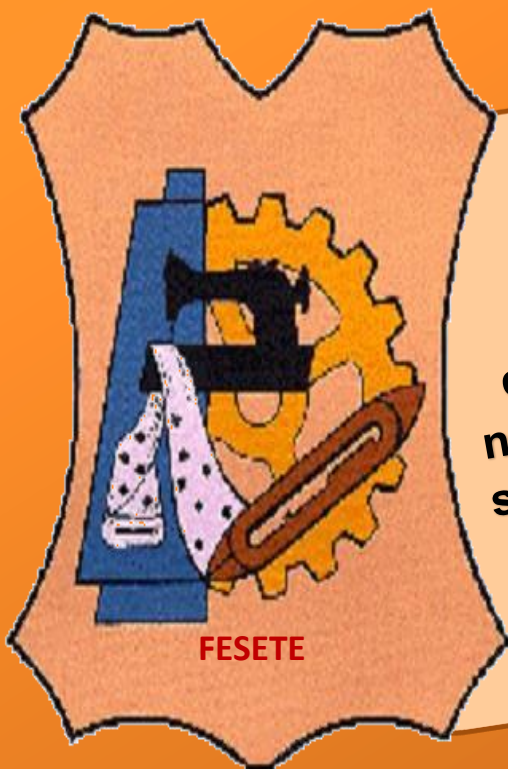
2015 – Marco importante na história do País. Pela primeira vez, ao fim de 40 anos de democracia, e após a realização das eleições legislativas, e apesar dos partidos de coligação de direita, PSD/CDSPP, ganharam as eleições, mas sem maioria para formarem governo, foram criadas condições para a formação de um governo do Partido Socialista o qual estabeleceu diferentes acordos com o PCP, o BE e os Verdes, e, juntos, formam uma maioria de deputados na Assembleia da República. Neste actual contexto político urge continuar as nossas reivindicações por melhores salários, mais emprego, melhores condições de vida e de trabalho para os trabalhadores dos nossos sectores, mais justiça social. Existem condições para reverter muitas das malféitorias levadas a cabo pelo anterior governo de direita.



40 anos na sindicalização e organização dos trabalhadores; de luta na negociação e defesa da contratação colectiva sectorial; na defesa dos sectores por melhores salários, melhores condições de vida e de trabalho, mais justiça social, por uma vida digna!

O 40º Aniversário, celebra-se numa altura em que pela primeira vez no nosso País, foi formado um Governo do PS com o acordo da esquerda, PCP, Bloco e Verdes, o qual nos traz esperança na mudança de políticas. Apesar do contexto político nos ser favorável, a luta pelas nossas reivindicações deve continuar.

40 Anos



40 anos na sindicalização e
organização dos trabalhadores;
de luta na negociação e defesa
da contratação colectiva sectorial;
na defesa dos sectores por melhores
salários, melhores condições de vida
e de trabalho, mais justiça social,
por uma vida digna!

1976 - 2016